

BRASÍLIA-DF – 19/02/2018

Sindicalismo faz ato nacional contra reforma da Previdência



Os movimentos sociais e sindicais se mobilizam em ato nacional, nesta segunda-feira (19), em manifestações para o dia nacional de luta contra a reforma da Previdência. O objetivo é aumentar a pressão sobre os deputados para que eles não votem a proposta do governo de Michel Temer (MDB), que não corta privilégios, mas acaba com o direito à aposentadoria de milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Nesta segunda, a partir das 8 horas, a **Rádio Brasil de Fato**, ancorada no portal **Brasil de Fato**, estará sintonizada nas manifestações e mobilizações contra as mudanças nas regras da aposentadoria! Sintonize ouça!

Conforme orientação nacional das centrais vai ser um dia de greves, manifestações e protestos em todo o país. Acompanhe onde estão previstas as principais manifestações por estado:

DF

Em Brasília, além das ações durante o dia, tem ato às 17h, no Museu da República.

CE

Em Fortaleza vai haver atos e paralisações em todas as regiões do estado, sendo a maior delas marcada no Centro de Fortaleza. A partir das 9h vai haver caminhada pelas ruas do centro com concentração na Praça da Bandeira.

MT

Em Cuiabá, às 8h, tem ato no INSS da Avenida Getúlio Vargas.

PA

Em Belém, às 7h, ação nas agências bancárias da Avenida Presidente Vargas; às 11h, ato no Mercado São Brás. Em Marabá, às 7h30, panfletagem em frente a agência do INSS; às 9h, audiência pública na Câmara Municipal.

PR

Em Curitiba, às 8h, panfletagem no Terminal Guadalupe - esquina das Ruas Marechal Deodoro e João Negrão; 9h, panfletagem em frente a agência do INSS; 10h, concentração na Boca Maldita; 11h, aula pública na Boca Maldita; 14h, panfletagem na Alep.

PE

Em Recife, às 15h, tem ato público no Parque 13 de Maio.

PI

Em Teresina tem ato marcado para as 8h, na Praça Rio Branco.

RJ

No Rio de Janeiro tem ação no aeroporto Santos Dumont de manhã, no embarque dos deputados; e, às 16h, tem ato na Candelária.

RN

Em Natal tem ato a partir das 14h, em frente à Agência do INSS, Rua Apodi, 2.150 - Tirol.

RS

Em Porto Alegre, às 5h, marcha do Laçador até o aeroporto; às 7h, concentração na rodoviária; às 9h, ato em frente a agência do INSS; às 17h, ato na esquina Democrática.

SC

Em Florianópolis, o transporte coletivo ficará paralisado durante todo o dia 19. A partir das 9h, as centrais sindicais e entidades farão arrastão no centro da capital para fechar o comércio e os bancos. E, a partir das 16h, acontecerá ato na Praça de Lutas, que vai terminar com passeata até a agência do INSS. Em Criciúma, vai haver ato que acontece a partir das 8h, em frente à agência do INSS. Vai haver mobilização também em Araranguá, Blumenau, Chapecó e Joinville.

SP

Em São Paulo, às 16h, tem ato público em frente ao Masp, na Avenida Paulista.

(Diap)

Sai, por enquanto, Previdência; entra intervenção no Rio



O ano político-eleitoral começa de fato nesta semana pós-Carnaval. O fato inusitado é que a agenda legislativa anunciada desde o final do ano passado mudou. Sai a reforma da Previdência, nesta semana, e entra a Mensagem 80/18, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do decreto de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro "com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

Trata-se do decreto presidencial de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. A votação do decreto está prevista para esta segunda-feira (19), a partir das 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

No Senado, o presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), afirmou que o decreto, assinado na última sexta-feira (16) pelo presidente da República, será votado com a maior celeridade possível.

Reforma da Previdência

A matéria, por enquanto, está fora da pauta da Câmara dos Deputados. A votação do decreto restringe o calendário de votação de PEC no Congresso. Isso porque a Constituição não pode ser emendada durante a decretação de estados de sítio, de defesa ou de intervenção federal. Essa restrição atinge, por exemplo, a discussão da reforma da Previdência (PEC 287/16).

Colégio de Líderes

Colegiado reúne-se, na terça-feira (20), a partir das 10 horas, para discutir a pauta da semana. A reunião vai ser no Gabinete da Presidência.

Medidas provisórias

Ainda na terça, o plenário, a partir das 10 horas, realiza sessão extraordinária cuja pauta inclui 3 medidas provisórias: MP 800/17, que estabelece diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais; MP 801/17, que dispensa os estados de uma série de exigências para renegociar suas dívidas com a União; e MP 802/17, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Vetos presidenciais

O plenário do Congresso — Câmara e Senado — reúne-se na terça-feira, às 15 horas, para votação de vetos presidenciais e de projeto de abertura de crédito orçamentário (PLN 1/18). Em seguida, vai haver sessão de votações da Câmara, na pauta as proposições remanescentes da sessão anterior.

SENADO FEDERAL

Casa prioriza temas sobre segurança pública

Os senadores agendaram para esta semana, a partir de terça-feira (20), pauta com 5 itens. São projetos relativos à segurança pública. Há ainda proposta que faz parte da agenda positiva da microeconomia, elaborada por grupo de trabalho formado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Entre as proposições, 2 inserem mudanças no Código Penal. A 1ª delas por meio do PLC 140/17, do deputado Rubinelli (PT-SP), que extingue o atenuante de pena para jovens entre 18 e 21 anos. O projeto determina que as regras de atenuante genérica e de contagem do prazo prescricional pela metade deverão ser retiradas da lei, não mais beneficiando os jovens que cometeram crimes já na maioridade. O PLS 469/15, do senador Raimundo Lira (MDB-PB), agrava a pena para crimes cometidos próximos a residências ou escolas, em situação de tocaia. Nos casos de homicídio, sequestro e cárcere privado, o projeto sugere que essas circunstâncias caracterizem a hipótese de crime qualificado. Se a ação resultar em lesão corporal grave ou seguida de morte, o delito aumentaria a pena do agressor.

Orçamento

Há ainda proposta de alteração da Constituição. Trata-se da PEC 118/11, que proíbe o contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Criado em 2001, o fundo é formado por dotações orçamentárias, doações e subvenções de entidades públicas ou privadas.

O autor da PEC, ex-senador e atual governador do Mato Grosso, Pedro Taques (PDT), usou como exemplo o ano de 2010, em que apenas 51% do FNSP foram efetivamente executados.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Reformada Previdência

O colegiado reúne-se, na segunda-feira (19), a partir das 14 horas, com o propósito de debater sobre: “A Previdência Social que queremos”, com foco na resistência à reforma da Previdência ocorrida na Argentina no ano passado e ações estratégicas contra a proposta do governo em discussão na Câmara dos Deputados.

Para o debate foram convidados os presidentes da Confederação Latino-americana de Trabalhadores Estaduais (Clate), Julio Durval Fuentes; da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto; da Federação Nacional do Fisco Estadual e Municipal (Fenafisco), Charles Alcântara; da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos; e representantes das centrais sindicais, sindicatos, associações, movimentos sociais e demais entidades membros da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

Plano de privatizações do governo

O colegiado promove audiência pública na terça-feira (20), às 9h, para avaliar o plano de privatizações do governo federal. O foco do debate será nas resoluções apresentadas pelo governo no último mês de agosto (resoluções 11 a 17/17). Esses documentos tratam, entre outros assuntos, do processo de privatização de áreas do setor de petróleo e gás natural, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e da Casa da Moeda.

Foram convidados o secretário de Coordenação de Projetos da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Tarcísio Gomes de Freitas, e o secretário de Fomentos e Parcerias do Ministério dos Transportes, Dino Antunes Dias Batista. O Ministério de Minas e Energia também deverá enviar representante.

(Diap)

Atividade econômica cresce 1,04% em 2017



O nível de atividade econômica no país registrou crescimento de 1,04% em 2017, em comparação com 2016, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) divulgado hoje (19) pelo Banco Central (BC).

O indicador foi criado pelo BC para tentar antecipar, por aproximação, a evolução da atividade econômica. Mas o indicador oficial é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que será divulgado em março. O valor aproxima-se da projeção do governo para 2017, divulgada em dezembro do ano passado, de 1,1%. A expectativa do mercado financeiro, de acordo com o boletim Focus, do BC, é de 1%. Em dezembro, o nível de atividade econômica no país continuou a registrar crescimento, de 1,41% em relação a novembro. Esse foi o quarto mês seguido de alta do indicador. O crescimento mensal

refere-se ao IBC-Br dessazonalizado, ou seja, ajustado para o período.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o Banco Central a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic. O índice inclui informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

(EBC)

NCST e CSPB apoiam MS contra tentativa de burla constitucional



O Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) e o Senador Paulo Paim (PT/RS) ajuizaram, neste domingo (18), um Mandado de Segurança (MS) com pedido liminar perante o Supremo Tribunal Federal (STF) objetivando a proibição geral de qualquer tramitação de emenda constitucional nas casas legislativas enquanto estiverem presentes os motivos que levaram à decretação da intervenção federal no último dia 16/02.

O objeto do Mandado de Segurança é a “garantia da integridade da Constituição e do processo legislativo de emenda constitucional, conforme imperativo máximo do §1º do art. 60 da Carta Magna, em razão dos atos e pronunciamentos oficiais das autoridades coatoras que revelam justo receio de dano irreparável ao direito líquido e certo do povo brasileiro, exercido por meio de seus representantes eleitos direta e democraticamente, de garantir a estabilidade e integridade da Constituição, do pacto federativo e da democracia”.

A ação é apoiada pela Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCTS; Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre – CNTTT; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH e pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP. O MS aguarda distribuição regular no STF para gravação do número e designação de relator.

(Secom/CSPB com informações Correio Braziliense)

Comunicado URGENTE: CSPB denuncia ruptura institucional ante intervenção no RJ



COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS,

Terminou há pouco uma reunião provocada pela CSPB para discutir nossa atitude ante a intervenção no Rio de Janeiro, no que se refere a suas implicações na “reforma” da Previdência.

A premissa é a de que uma intervenção é um ato de força, uma ruptura institucional, inédita no Brasil pós-ditadura.

A Constituição proíbe emendar a legislação em tal circunstância. No entanto, o Governo aponta no sentido de relativizar, ou burlar mesmo, esse preceito constitucional ao propor uma espécie de intervenção pingue-pongue, do tipo decreta hoje, suspende amanhã, volta depois, etc. Sabem-se lá quantas vezes e em que circunstâncias essa burla pode ser usada durante a intervenção, prevista para durar até o fim do ano. Se permitido isso, banaliza-se e desmoraliza a maior de todas atribuições outorgadas à nossa Constituição – a ruptura institucional, a par de constitucionalizar a insegurança jurídica.

Primeiro problema: Uma dubiedade de interpretação deste dispositivo constitucional. Uma corrente, sobretudo da AGU, entende que o quê estaria vedado seria a promulgação de uma Emenda, permitindo sua tramitação e votação. Outra, a maioria, entende que o “espírito da Lei”, a vontade do legislador, foi a proibição de qualquer ato que proponha ou emende a Constituição. Além disso, convenhamos, o cerne de uma Emenda é sua votação no Congresso.

Segundo problema: Esse tipo de demanda constitucional não está disponível para a sociedade. Somente para algumas instituições, dentre elas o parlamento e os partidos políticos.

Sugeri então que o Deputado Arnaldo Faria propusesse ou liderasse um grupo parlamentares que esteja disposto a propor a ação, em homenagem a sua luta permanente contra a “reforma”. Ele topou.

Ficou assim então: Vamos esperar publicar o Decreto, reunirmos de novo no fim da tarde para analisar e verificar se a “reforma” continua na Pauta da Câmara e, a partir daí decidimos.

A propositura é de que o Supremo elimine a possibilidade de insegurança jurídica, suspendendo, em definitivo, a tramitação de qualquer mudança constitucional durante o período estabelecido no Decreto de Intervenção.

A equipe de advogados será liderada pelo Dr. Diego Cherruli, do Conselho Federal da OAB, especialista em Previdência.

As despesas (não haverá exatamente honorários) serão suportadas pelas Confederações que compõem a NCST.

A iniciativa é toda da CSPB, afinal, este é nosso papel. As sugestões serão muito bem vindas. Confesso, estou fazendo tudo no instinto. A ideia é não perder a possibilidade de protagonismo político.

Abraços,

João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB e Diretor de Finanças da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST